

GERSEM BANIWA

Emilly Ariman Peres ¹

RESUMO: O presente artigo tem como principal objetivo o aprofundamento de alguns aspectos, como, quem é o importante autor Gersem Baniwa, quais suas contribuições para a educação e para a educação indígena, além de colocar em evidencia algumas obras. Além de discorre-se sobre “ser índio no Brasil”, além de ser colocada em evidencia a questão do preconceito e da discriminação para com os indígenas. O artigo segue com uma breve introdução, sua metodologia, seguido pelo desenvolvimento, suas considerações finais e por fim suas referências, com o objetivo de expor as principais questões que iram ser descritas.

Palavras-chave: Gersem Baniwa. Educação Indígena. Preconceito e Discriminação.

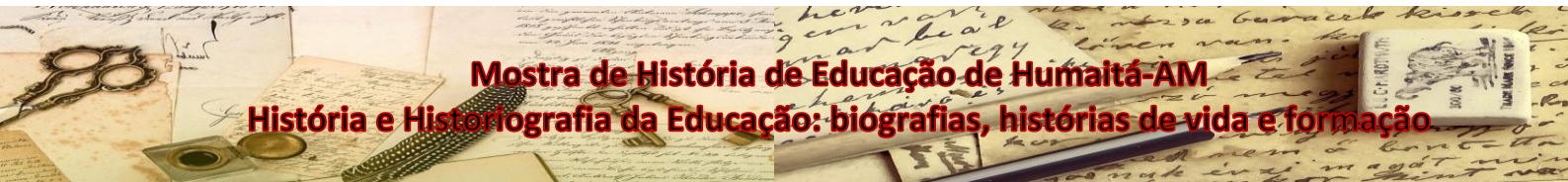
INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma atividade avaliativa que foi proposta da disciplina de História da Educação, ministrada pela docente Eulina Nogueira, com o objetivo de explorar nosso conhecimento adquirido nas aulas ministradas, buscando outros conhecimentos acerca do tema posto e aperfeiçoar o processo formativo na graduação no curso de Pedagogia.

Sua problemática dentro do que foi citado se estabelece por ir à busca de expor: Quem é o autor Gersem Baniwa? Quais suas contribuições para o ensino superior indígena? Como é ser índio no Brasil? E o preconceito e a discriminação? Valorização da língua e da cultura.

O objetivo desta pesquisa é colocar em evidencia os aspectos que serão tratados ao discorrer do artigo para que se obtenha o conhecimento sobre o que se busque refletir sobre as problemáticas que lhe é proposto e, sobre a questão geral. Além disto, o presente artigo visa apresentar o autor Gersem Baniwa, suas contribuições para a educação superior indígena, apresentar algumas de suas obras

¹ Autora e graduanda do curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, no Campus Vale do Rio Madeira – CVRM.



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

e discorrer sobre elas de forma clara. Irá se ressaltado também sobre a questão do preconceito e discriminação que os indígenas sofrem até os dias atuais.

METODOLOGIA

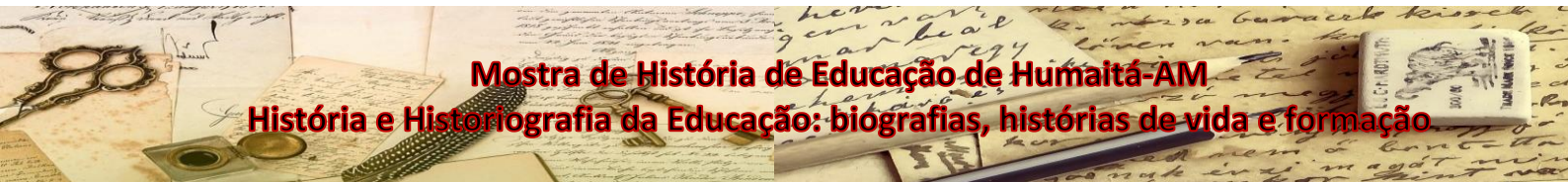
A metodologia deste artigo se baseia no tipo de pesquisa qualitativa. Segundo Dezin e Lincoln (2006) “A palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos que não podem ser examinados ou medidos em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência”.

Este artigo se definiu como um tipo de pesquisa básica, pois, se orienta sob o aprofundamento de um conhecimento já estudado, em prol de completar uma questão de uma pesquisa ou conhecimento anterior, neste caso, será o aprofundamento em alguns aspectos sobre o autor Gersem Baniwa.

GERSEM BANIWA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR INDÍGENA E ALGUMAS DE SUAS OBRAS.

Gersem José dos Santos Luciano é um indígena do povo Baniwa, de São Gabriel da Cachoeira (AM). Seu histórico acadêmico é bem extenso, Baniwa tem graduação em filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 1995), é mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB, 2006), foi secretário municipal de educação de São Gabriel da Cachoeira, co-fundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Atualmente é coordenador geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC, é diretor-presidente do Centro Indígena de Estudo e Pesquisa (CINEP), além de ser professor do curso de Licenciatura Específica de Formação de Professores Indígenas da UFAM.

Seu primeiro contato com a escola foi aos 12 anos de idade com os missionários em uma escola colonizadora, propriamente dita: era uma escola para educar, civilizar e domesticar os índios numa época em que o objetivo da escola para os índios era isso pacificar para integrar. Por outro lado, teve a oportunidade de frequentar, do ponto de vista colonial, boas escolas que são as escolas salesianas. A região do Alto Rio Negro sempre teve forte presença dos missionários salesianos com suas escolas, e isso me permitiu estudar até o Ensino Médio nestas escolas. São escolas muito boas, do ponto de vista da escola tradicional branca. Depois, a



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

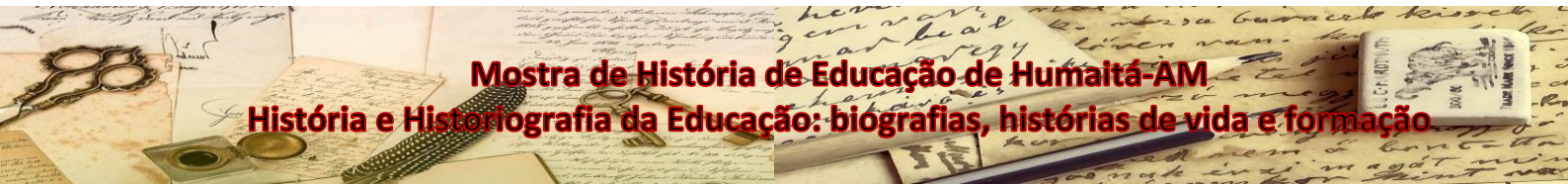
segunda experiência foi com a discussão e experimentação de tentativas de mudança dessa escola tradicional colonial para uma escola que pudesse principalmente reconhecer, respeitar e valorizar os conhecimentos, as tradições, os valores e os conhecimentos indígenas. (GERSEN, 2012). Ada sua experiência com a escola, por um lado, Baniwa parti da experiência da escola stricto sensu colonial, aquela escola bem tradicional, branca, mas sempre com essa visão de que teria que ser feita alguma mudança para dar lugar e espaço aos conhecimentos, aos valores e às realidades indígenas.

Todas as injustiças, as desigualdades, as contradições das pregações dos padres, que eles pregavam uma coisa totalmente diferente do que se praticava, o a vez desacreditar nas crenças e nas promessas que haviam lhe ensinados por anos no internato. Os padres cometiam muitas injustiças com seus missionários, os tinham uma vida bem mais confortável que os alunos, em sua tese do doutorado Baniwa cita “Tudo isso, desde o início, me despertou forte sensação de injustiça, de desigualdade, uma vez que o cheiro do pãozinho e da comida me despertava uma sensação estranha, perguntando por que era assim, por que eu e meus colegas indígenas não podíamos partilhar daquilo. A resposta interna era: vou estudar, ainda que com muito sacrifício (e foi muito sacrifício), para um dia poder ter acesso àquele pãozinho e àquela comida” (BANIWA, 2011, p.17)

Gersem ajuda a criar e a realizar contribuições, ações de ensino superior para o povo indígena, através de toda essa importância que seu nome carrega e com toda a sua extensão de trabalhos e ações para esta questão, contudo antes de falar na vitória do povo indígena para o ensino superior, é preciso falar antes em sua luta, em ser índio no Brasil, pois, embora as legislações, a constituição brasileira conheçam os direitos dos índios, a sua terra, a sua cultura, a política (em termo de prática) não reconhece literalmente. O Estado brasileiro possui uma dívida enorme histórica e moral com o povo indígena.

Segundo o censo do IBGE 2010, os 240 povos indígenas, somam 896.907 pessoas, onde 324.834 vivem em zona urbana e 572.083 vivem em áreas rurais. A população indígena no Brasil aumenta em uma taxa estimada de 3,5% ao ano.

De acordo com a FUNAI, os índios brasileiros estão divididos em três classes: os isolados, que são considerados os que vivem em grupos desconhecidos, ou de que se possuem poucos e vagos informes; os em via de integração, que são aqueles que conservam parcialmente as condições de sua vida nativa, mas que



aceitam algumas práticas e modo de cunho da comunhão nacional; e existem os integrados, que são os nativos que fazem parte da comunhão social.

Ser índio no Brasil é lutar, lutar para conseguir respeito, para garantir um lugar de voz, e principalmente em lutar contra o preconceito diariamente, pois, existe o preconceito e a discriminação, e se tem que falar sobre isto, não se pode ocultar o que estar presente em todos os cantos em que ainda existe esse preconceito. Os índios que vivem na zona urbana sofrem por não serem tratados com respeito e por medo acaba ocultando sua tradição, a sua cultura e a sua origem.

O caso que chocou o Brasil do mais extremo do preconceito contra os indígenas, aconteceu em 20 de abril de 1997. Este caso ganhou tanta visibilidade, pois acarretou em uma barbárie. O crime ocorreu quando cinco amigos munidos com álcool e fósforos utilizaram o material para queimar vivo o indígena, após a barbárie, os amigos fugiram no veículo que estavam, porém, foram seguidos por uma testemunha que acabará por anotar a placa. O cacique Galdino Jesus dos Santos da tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe foi debilitado e, após o laudo médico foi constado que seu corpo teve 95% de queimaduras de 2º e 3º grau, após quase um dia agonizando no Hospital Regional da Asa Norte (Hran), o índio não resistiu e acabou morrendo. Mesmo na hora do sepultamento de Galdino, os amigos de sua tribo não deixaram de se revoltar. “Eles nos chamaram de selvagens, mas são uns verdadeiros animais”, relatou o cacique Wilson Pataxó.

Casos como esse ganham muita repercussão, porém há casos que não ganham os holofotes dos jornais, nem das notícias em geral e todos os dias o preconceito e a discriminação estão presentes, permanecem a cada momento, pois isto existe, é real e histórico e que ainda continua vivo.

É revoltante pensar que o caso de um índio queimado vivo não foi uma cena de um filme, não foi um teatro, mas que foi verdadeiro e que aconteceu no Brasil e todo o preconceito e discriminação permanecem nos dias atuais. É revoltante pensar que a justificativa do grupo de amigos foi de que “era apenas uma brincadeira inconsequente” e é revoltante saber que após dois anos somente de prisão os indivíduos foram soltos, toda essa questão causa uma extrema revolta, ou (em algumas pessoas) deveria causar.

Em sua tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Baniwa fala sobre os dilemas da

Mostra de História de Educação de Humaitá-AM

História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação

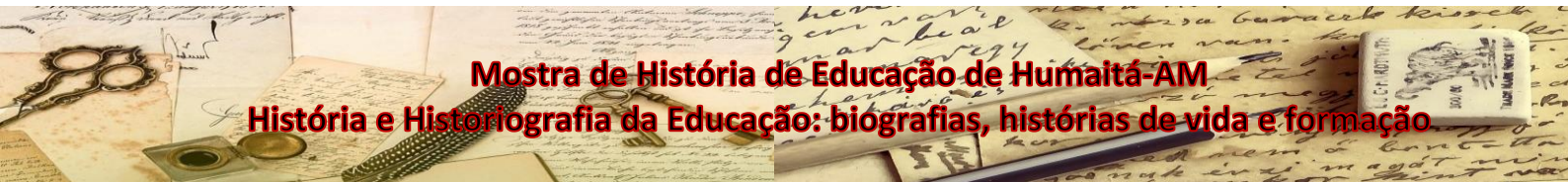
educação escolar indígena no Alto Rio Negro, analisando a demanda dos povos indígenas do Alto Rio Negro por educação escolar e universitária nos últimos anos e o lugar que a escola e o mundo moderno ocupam no imaginário atual desses povos, a partir do que se projeta e se constrói no futuro deles. Ele em primeiro momento, conta um pouco da sua trajetória de vida escolar e profissional, quais foram seus desafios. E o encontro com o movimento indígena é um deles, em 1983 não tinha noção ainda do que se passava nas lutas indígenas, da real história que se passava. Neste mesmo período houve a implantação do Projeto Calha Norte (PCN), estava associado à implantação de mineradoras, Baniwa não tinha noção do que estava para acontecer, alguns missionários católicos, começaram a colocar na cabeça dos indígenas que ali aconteceria um roubo e tomada de terras.

Referente às obras de Gersem Baniwa se destaca, o livro *“O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”*, a obra é fruto da parceria entre a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e o Laboratório de Pesquisa em



Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), ligado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o livro trata de um texto que parte das imagens de si mesmo e dos outros com as quais lidam os índios no Brasil de hoje, na luta para se planejarem no futuro e construírem um presente melhor, à luz de suas tradições culturais diferenciadas e das constrições colocadas pelas múltiplas realidades do nosso país no presente. A segunda obra é o artigo “Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena”, que trata de falar de algumas

considerações analíticas sobre o lugar das línguas indígenas nas cosmologias e na vida contemporânea dos povos indígenas. Referente a uma versão de um trabalho



apresentado no Seminário Ibero-Americano de Diversidade Linguística, organizado pelo Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, em 2014.

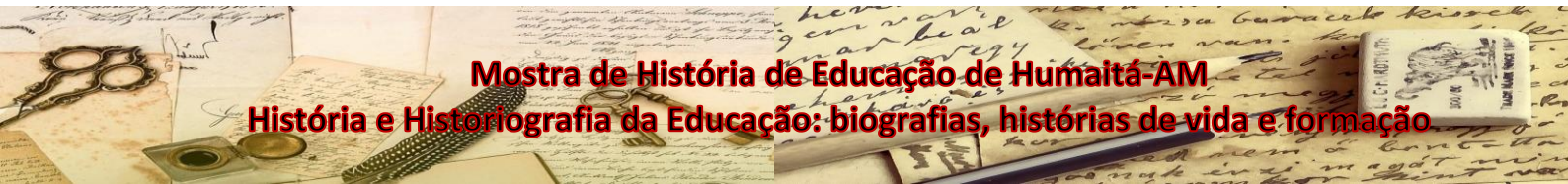
O ÍNDIO BRASILEIRO: O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL DE HOJE

Nas 236 páginas do livro, Gersem aborda diversos aspectos mediante a quadros, mapas, gráficos, imagens sob as principais questões que torneiam os povos indígenas no Brasil, além de debater temas como diversidade cultural, organização tradicional, territorialização, educação, saúde e cidadania. A obra se faz rica em diversas abordagens e para tanto, Gersem Baniwa, parte do próprio indígena que é a quem os séculos de colonização foram se retraindo pelo medo ou a precaução de afirmarem quem são e lutarem pelos seus direitos e outras questões. É desta forma como um enxergar do problema indígena retornando, antes de tudo, ao próprio, como o início, como o protagonista da transformação, de sua transformação.

O autor discorre na introdução que o livro “é uma tentativa de abordar questões que envolvem a auto identificação, a autoestima, a auto representação e autoproteção dos índios diante de si mesmos e da sociedade de uma maneira geral”. (LUCIANO, 2006, p. 19)

Nisso se inicia o primeiro capítulo que aborda a questão da identidade indígena, recuperando a histórica dualidade da percepção dos povos indígenas pela sociedade brasileira que por um lado, tem a visão romântica do índio ingênuo, que se liga eternamente à natureza, e, por outro, a visão diabólica, bárbara ou selvagem, do indígena, tendo tal como um sujeito cruel, preguiçoso e/ou traiçoeiro. Em seguida, delimita a (nova) identidade gestada pelo próprio indígena que se estabelecer por: o orgulho identitário de ser índio, “identidade política simbólica que articula, visibiliza e acentua as identidades étnicas de fato” (LUCIANO, 2006, p. 40).

O surgimento dessas (nova) auto identidade indígena está vinculado à história de luta pelos direitos indígenas, conforme o autor esclarece na análise do movimento e das organizações indígenas no segundo capítulo. O surgimento do movimento indígena, (na década de 70) e a difusão das organizações indígenas formais, servem de fundamentação para o fortalecimento político dos povos indígenas brasileiros.



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

A repercussão do seu próprio protagonismo nem sua luta pelos direitos indígenas contribuiu não somente para o fortalecimento do orgulho de ser índio, mas também para a mudança na relação de poder existente entre povos indígenas e Estado brasileiro.

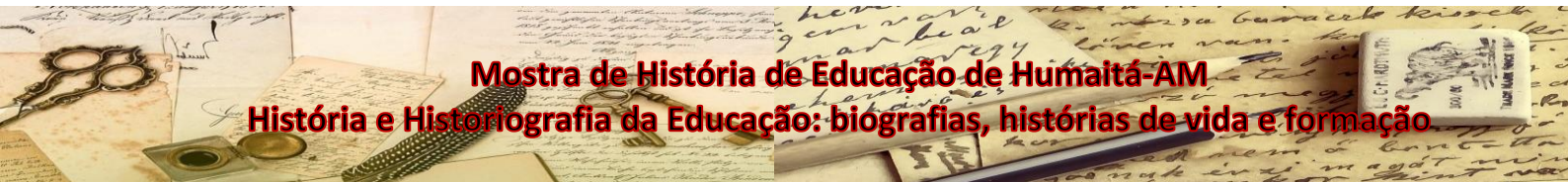
Essa última reflexão se refere ao terceiro capítulo do livro, no qual se discute sobre sua cidadania, autonomia e autogestão indígena. A cidadania indígena pela Constituição Federal de 1988 significou (na teoria) a garantia de uma dupla cidadania indígena, a da etnia indígena e brasileira. Sendo assim se expõe uma cidadania diferenciada, por um lado a respeito às culturas indígenas, por outro, a garantia do acesso desses povos ao mundo global, por outro, exigem uma ressignificação prática da própria dimensão do que é ter cidadania “a partir da perspectiva dos índios” (LUCIANO, 2006, p. 87).

Desse modo, no quarto, quinto e sexto capítulos o autor trata da educação, saúde e economia indígena, respectivamente, nos marcos da lente tridimensional que se estabelece pela cidadania, autonomia e autogestão.

Referente à educação indígena, Gersem distingue educação escolar indígena de educação indígena tradicional, ponderando que ambas são espaços de transmissão de conhecimentos, por isso, o aumento das escolas indígena e da escolarização em todos os níveis, faz com que sobre a questão dos indígenas invocam reflexões e lutas pela qualidade dessa universalização que incide tanto no seu programa educacional com o objetivo de inserir e valorizar saberes tradicionais indígenas, por meio de metodologias específicas de aprendizagem e pela quanto à gestão escolar, em prol de garantir a autonomia dos projetos educacionais, escolares ou não, considerando as características e as necessidades definidas pelos povos indígenas.

Ao tratar da saúde indígena, parte da significação de saúde e doença para os povos indígenas. Assim, a formação de quadros indígenas na área da saúde e a resolução do problema da terra que se trata da concentração de indígenas em pequenos espaços, são os desafios invocados por Gersem para a melhoria da gestão e condição da saúde indígena no Brasil.

Na questão da economia indígena, o autor evita referendar as classificações modernas que lhe são feitas (subsistência, em vias de adaptação), preocupado em tratar essa diversidade a partir do que oferecem como possibilidades de soluções dos velhos e dos novos problemas, dentre os quais o da integração socioeconômica



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

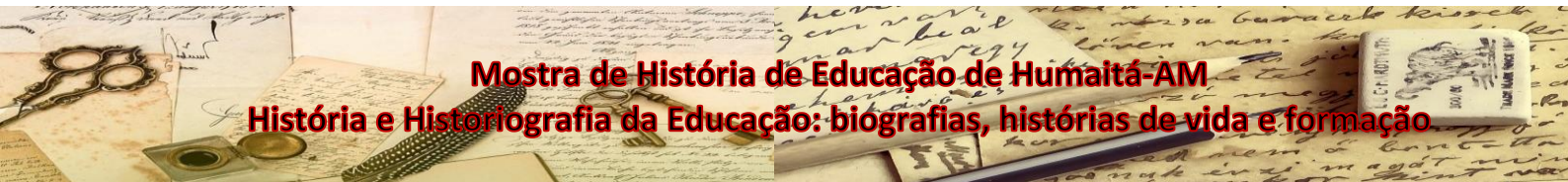
indígena, a qual, sendo vista pela ótica indígena, passa a ser desejada “desde que ao seu modo e de acordo com o seu tempo” (LUCIANO, 2006, p. 203).

As *relações de gênero* são tratadas no capítulo sete, onde se discute a designação da matéria no universo indígena, criticando-a como uma intervenção ideológica do mundo branco, que por outro lado, sua incorporação trouxe avanços na luta por políticas públicas setorizadas, e ao mesmo tempo em que deflagrou problemas para com os modos de vida tradicionais, gerando conflitos referentes a disputas de poder entre organizações de mulheres indígenas e lideranças tradicionais. Para o autor, a possibilidade de equilíbrio das forças perpassa pela necessária relativização desses direitos, garantindo-os as mulheres pressupondo o pertencimento étnico diferenciado destas, e pela efetivação de alguns consensos políticos, como o incentivo à presença feminina nos espaços de participação no movimento indígena.

O oitavo capítulo trata do seguinte título *Contribuições dos povos indígenas ao Brasil e ao mundo*, onde sua principal reflexão é sobre o futuro dos povos indígenas; Quanto a isso, o autor lança cinco propostas, numa perspectiva otimista de otimização da cidadania, autonomia e autodeterminação indígenas e que segue desta forma; a) Construção de um novo projeto etnopolítico do movimento indígena brasileiro, contemplando uma ampla e plena participação das bases do movimento indígena; b) Busca de formas de sustentabilidade socioeconômica dos povos indígenas em suas terras, assegurando a capacidade de autogestão territorial por meio da progressiva transformação das terras indígenas em Distritos Especiais Indígenas e, posteriormente, em Unidades Territoriais Autônomas; c) Implementação de um programa permanente de capacitação política e técnica para os quadros indígenas; d) Estabelecimento de um Parlamento Indígena, e por fim; e) Representação própria no Congresso Nacional.

LÍNGUA, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE NA PERSPECTIVA INDÍGENA.

A presente obra de Baniwa traz algumas considerações sociopolíticas sobre o lugar e o papel das línguas nas cosmologias indígenas e no campo da educação indígena, escolar ou tradicional, numa perspectiva intercultural. Refere-se a uma versão de um trabalho apresentado no Seminário Ibero-Americano de Diversidade Linguística, organizado pelo Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, em 2014. O artigo “baseia-se em vivências, como falante de uma língua indígena, educador e



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

militante da luta por educação escolar indígena e pelos direitos indígenas de um modo mais amplo". (Baniwa, 2007, p. 296)

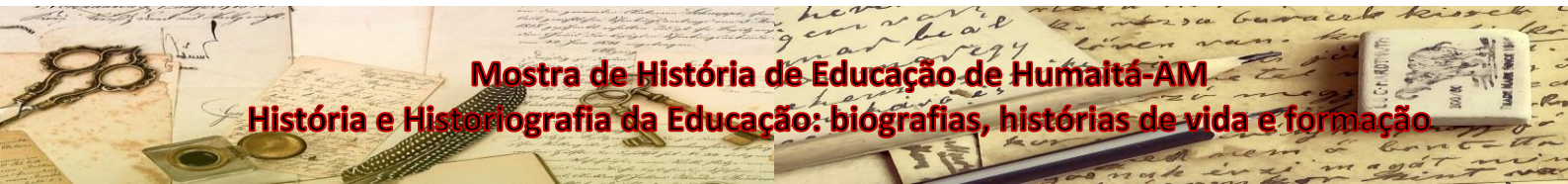
Gersem Baniwa cita que a linguagem é uma das capacidades mais surpreendentes e impactantes da humanidade é a forma pelo qual os seres humanos se socializam entre si, ou seja, ao mesmo tempo em que as reconheçam entre si, também as diferenciam dos outros animais. Para o povo Baniwa é também a forma pelo o qual se comunicam com outros seres do mundo e com o próprio mundo, uma vez que, para eles, a comunicação entre os seres é o segredo para o equilíbrio do mundo cósmico. A comunicação, a linguagem e o diálogo são, portanto, principalmente da ordem espiritual e transcendental.

De acordo com a cosmologia Baniwa, o mundo é resultado de um protocolo de comunicação entre todos os seres, criadores e criaturas, cuja linguagem mais proeminente é a de símbolos ou sinais (fenômenos). A natureza sempre se manifesta por sinais e por eventos, que aos sábios pajés cabe interpretá-los, revelá-los e manejá-los (o sentido de manejar é de equilibrar).

É por meio da linguagem que o homem se coloca e é colocado na sociedade, na natureza e no mundo. A harmonia da natureza precisa de uma boa comunicação entre os entes que a formam. Nesse sentido, língua, sociedade e natureza estão intrinsecamente associadas, o que, numa perspectiva sociohistórica, proporciona uma permanente e dinâmica relação cósmica dialógica, adaptável à abertura, ao movimento e à heterogeneidade (BAKHTIN, 1992). A língua indígena é um patrimônio em constante construção, manutenção, mudança, aperfeiçoamento, atualização e complementação.

Baniwa cita que segundo algumas mitologias indígenas, o mundo é resultado de um processo contínuo de comunicação dialógica e dialética dos seres criadores e criaturas. Vale realçar que, como os deuses criadores dos Baniwa não são onipotentes, onipresentes, perfeitos e absolutos, pois varias de suas criações não saíram como queriam, muitas criaturas se revoltaram contra os seus criadores. Permitindo que a criação, a construção, a manutenção e a continuidade da existência da Natureza e do Universo dependam das próprias criaturas, no seu conjunto interdependente, orgânico e holístico.

Vale ressaltar que a língua para os povos indígenas, através da qual constitui as conexões com a natureza e com o mundo, são de importância vital e simbólica. Dessa forma, a língua é um fenômeno de comunicação sócio cósmica, de suma



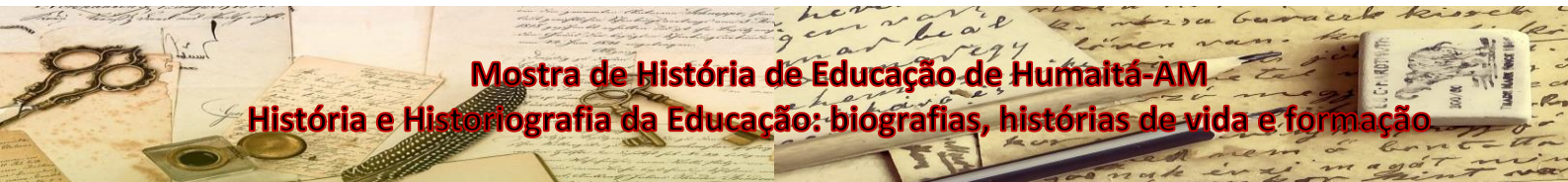
Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

importância na relação mutua entre as sociedades humanas e os seres não humanos da natureza. Nessa perspectiva, a perda de uma língua por um povo indígena abala de modo direto também a ligação desse povo com a natureza e com o cosmo, resultando em quebra ou redução de conectividade entre os seres e, consequentemente, ocasionando no desequilíbrio e na harmonia da vida no mundo.

O primeiro ponto das línguas indígenas é o seu caráter sócio cósmico, no sentido de que elas possibilitam o elo, a conexão e a comunicação com os mundos existentes. Elas apresentam e organizam as cosmologias, epistemologias, racionalidades, temporalidades, valores e espiritualidades (LUCIANO, 2006). O ponto importante das línguas indígenas é o caráter político pedagógico, realizado por meio das variadas maneiras de comunicação, dentre elas se ressalta as línguas faladas no cotidiano da vida, as linguagens especializadas, as linguagens ritualísticas e as comunicações simbólicas. Portanto, há espaços, lugares e tempos diferentes de uso da linguagem: lugares e momentos comuns e lugares e momentos específicos e especializados (PIMENTEL DA SILVA, 2009).

As línguas faladas no cotidiano das pessoas são as de domínio comum e coletivo. As linguagens especializadas relacionam-se àquelas de domínio restrito ou exclusivo de definidos grupos especializados, como os pajés, os xamãs e os mestres de cerimônias e de cantos sagrados. A comunicação simbólica é aquela que acontece por meio de gestos ou atitudes simbólicos, como são as oferendas materiais.

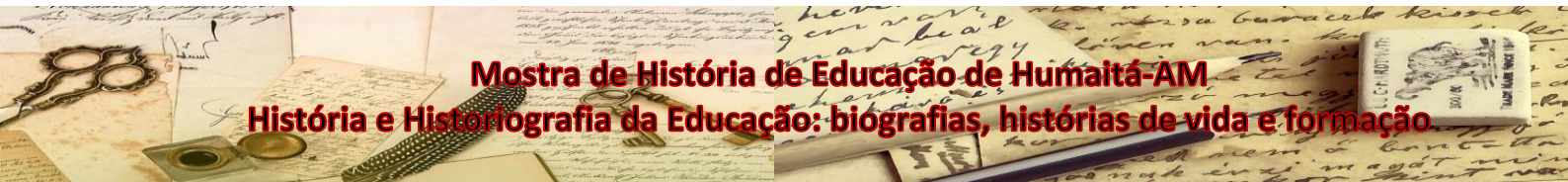
No campo da função político-pedagógica das línguas indígenas, interessa considerar as várias formas de papéis de grupos sociais e de gênero. Em qualquer procedimento de valorização de uma língua indígena é necessário considerar os papéis dos sujeitos com relação à língua: pais, mães, professores, avós, comunidade, lideranças e outros. Todas as formas de linguagem envolvem os seres não humanos, numa perspectiva de respeito e reciprocidade. A moderna escola indígena, conforme as leis e normas brasileiras tem que ser intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada, as línguas indígenas precisariam ser pilares essenciais de sua organização curricular e político-pedagógica. Sem as suas línguas não seria possível proteger a continuidade dos processos educativos tradicionais desses povos. Muitos conceitos materiais e imateriais, centrais nas culturas indígenas, só podem ser informados por meio das lógicas e estruturas das línguas tradicionais.



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

Em uma língua indígena, cada criatura, material ou imaterial, cada lugar e cada espaço da natureza tem nome e significado próprio. Embora o dom da comunicação humana seja uma virtude da criação, assim como tudo o que existe no mundo, de acordo com as mitologias indígenas, as línguas, assim como as culturas, vão sendo frequentemente atualizadas, moldadas, aperfeiçoadas e enriquecidas ao longo do tempo. As línguas indígenas acompanham a história, as descobertas, a economia, os costumes, a política, a religião, e estão sempre abertas e receptivas às atualizações, às inovações, às descobertas, às invenções e às mudanças que vão transformando o mundo e, junto, a língua, a cultura e os modos de vida e de pensamento dos distintos grupos humanos (BAKHTIN, 1992). Uma língua só morre quando deixa de atender e resolver tarefas comunicativas e de contribuir para a organização cultural, política, econômica, social e religiosa da comunidade. Ou seja, quando perde sua função social e seu lugar histórico na vida real e cotidiana das pessoas e dos grupos. “Nesse caso, ela é substituída por outra língua, em geral, por uma língua dominante”. (HAMEL, 1984)

Baniwa faz algumas reflexões sobre os desafios político-pedagógicos que acredita ser importante para se falar em políticas públicas educativas que possuam por objetivo a preservação das línguas indígenas no Brasil. O primeiro problema é superar o problema histórico e mental da cultura colonial desacertada e preconceituosa que vem se eternizando ao longo dos séculos na relação entre o Estado e os povos indígenas. Não tem como assegurar a valorização concreta, ascendente e sustentável das línguas indígenas, enquanto permanecerem sendo vistos como contingentes populacionais transitórios; o segundo problema é como vencer a outra face cruel e histórica da tradição colonial do Estado que continua garantindo e legitimando uma relação de poder profundamente desigual de dominação, de negação, de opressão, de interiorização, de discriminação, de racismo dos povos indígenas e de outros grupos étnicos subalternizados. É preciso acabar com essa visão de que as línguas e as culturas brancas são superiores, melhores, mais desenvolvidas, mais civilizadas e verdadeiras. Ou que os povos indígenas são transitórios pelos seus estados atrasados de culturas e civilizações. Mas, isso se deve começar primeiro pelas as escolas e universidades, onde achamos ainda uma luz, escrito nos livros científicos tais preconceitos, já abolidos de nossa legislação há algum tempo. Os obstáculos de reprodução cultural, linguística e étnica atual dos povos indígenas ocorrem pela herança cultural colonialista e tutelar



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

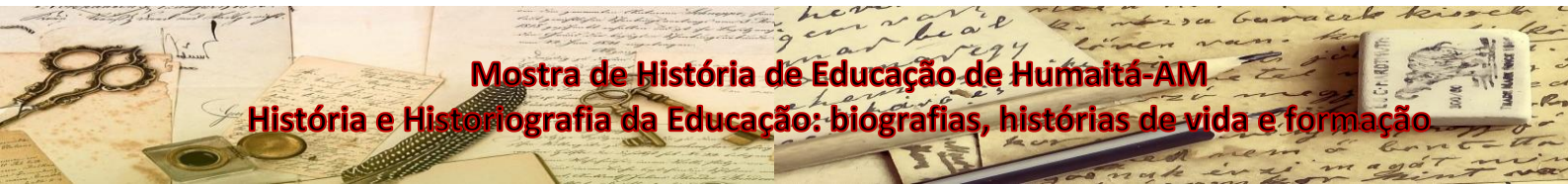
das políticas do Estado, muito presente em níveis relevantes e sensíveis, especialmente nas posições territoriais, políticas de poder, de participação, de representação, e pelas condições econômicas e sociais precárias a que foram culpados. O status de desvantagem colonialista referido arbitrariamente aos povos indígenas, que causa entre as línguas indígenas o exagero de empréstimos linguísticos, como faz a escola, dirige essas línguas a conceitos secundárias, subalternizadas, inferiorizadas, empobrecidas e arranjadas; o terceiro e principal problema, é como fazer para que a escola possa se transformar em uma parceira estratégica na valorização das línguas e culturas indígenas. Principalmente a escola indígena (escola da/na comunidade indígena) apropria-se de um papel necessário e focal nessa complicada tarefa, da qual não pode se eximir.

Outro aspecto provocador é a existência de um grande numero de línguas indígenas faladas no Brasil, de acordo com os dados do IBGE de 2010 são 274 línguas. Porém, esse numero relata menos de um terço de idiomas falados no Brasil, “na época da conquista portuguesa, era estimado entre 1.200 a 1.500 línguas indígenas” (LUCIANO, 2006). No estado do Amazonas esse contexto chega a ser grave para os cursos de formação, pois, diante da existência de 39 línguas indígenas faladas, não há pelo menos um linguista especialista em uma dessas línguas no Estado.

É importante dizer que as línguas indígenas, é patrimônio da humanidade, possuem reconhecimento, proteção e promoção da Constituição brasileira e de leis internacionais. A atual Constituição brasileira, em seu artigo 231, assim determina:

[...] são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 2012, p.126).

No artigo 210 da Constituição de 1988 permite às comunidades indígenas a usarem de suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental. Tais instrumentos legais declaram a quebra da política integracionista de assemelhar a cultura, a étnica e a linguística na sociedade brasileira e assegura aos povos indígenas os direitos de permanecerem falando



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM **História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação**

suas línguas e praticando suas culturas e tradições, dentro e fora da escola (BRASIL, 2012).

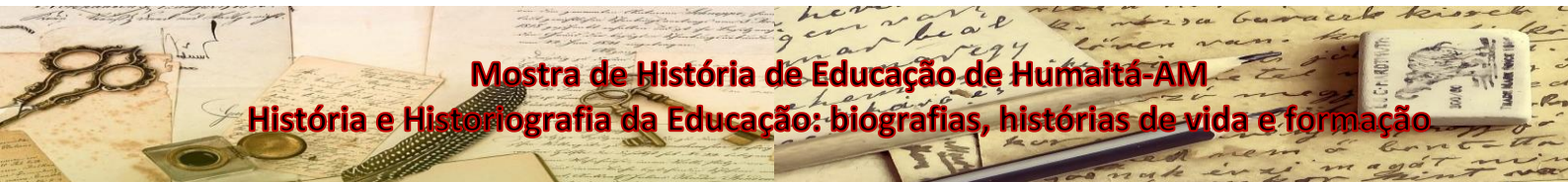
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baniwa tenta em suas obras recuperar a história, a identidade indígena, a dualidade da percepção dos povos indígenas pela sociedade brasileira que por um lado, tem a visão romântica do índio ingênuo, que se liga eternamente à natureza, e, por outro, a visão diabólica, bárbara ou selvagem, do indígena, o tendo como um sujeito cruel, preguiçoso e/ou traiçoeiro.

Gersem caracteriza a educação escolar indígena de educação indígena tradicional, percebendo que ambas são espaços de transmissão de conhecimentos, por esse motivo o aumento das escolas indígena e da escolarização em todos os níveis, faz com que a questão dos indígenas aponta reflexões e lutas pela qualidade dessa universalização que envolve tanto no seu programa educacional com o objetivo de acrescentar e reconhecer saberes tradicionais indígenas, através de metodologias próprias de aprendizagem, e quanto à gestão escolar, em prol de defender a autonomia dos projetos educacionais, escolares ou não, consideram-se as características e as necessidades determinadas pelos os povos indígenas. A principal reflexão de Baniwa é sobre o futuro dos povos indígenas.

A presença viva das diferentes línguas é fundamental para se determinar a prática do diálogo e do intercâmbio de saberes, de valores e de experiências de vida e de mundos. A diversidade de línguas proporciona a implantação de diálogos cosmo políticos e conexões transcendentais, envolvendo holisticamente interespiritualidades, intersubjetividades, Interepistemologias e as fundamentais habilidades de conexão das multireferencialidades cósmicas, as multidimensionalidades ontológicas humanas e as multicosmologias linguísticas e ecológicas. As línguas trazem e sustentam mundos, valores e existências humanas e não humanas únicas, todavia diversas, interdependentes. O diálogo intercultural é o início e um importante começo, mas a dificuldade é atingir o diálogo cosmo político único apto a tornar a vida no mundo sustentável.

Mas é com grande tristeza que podemos observar a falta de interesse, a falta de respeito que a nossa sociedade tem com os povos indígenas nos dias atuais. O mundo está se modernizando, porém as pessoas continuam com os mesmos pensamentos, olhares, comentários, etc. Deveríamos valorizar mais suas culturas e



Mostra de História de Educação de Humaitá-AM

História e Historiografia da Educação: biografias, histórias de vida e formação

porquê não nossa cultura? Sendo que a mãe do Brasil é indígena, suas crenças, suas línguas diversificadas, pois se pararmos para pensar, a nossa sociedade é descendente desses povos, porém temos mais orgulho dos europeus.

Baniwa em suas obras tenta trazer um pouco dessa imensa diversidade de crenças, línguas e culturas, um pouco da luta dos indígenas por uma educação digna, por respeito, por dignidade e as indignações desses povos com a sociedade em que vivemos.

RERERÊNCIAS

Ensino Superior Indígena: Mapeamento de Controvérsias: Gersem Baniwa. Disponível em: <//<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/individuos/gersem-baniwa/>>. Acesso em: 09 de novembro de 2019.

BERGAMASHI, Maria Aparecida. **Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa.** Pelotas - RS, 15 de maio de 2012, durante o II Fórum Internacional da Temática Indígena. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 127-148 – 2012.

Currículo Lattes: <// <http://lattes.cnpq.br/1021166118431706/>>

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

VENTURI, Marcelo. **A situação atual dos índios do Brasil.** Cola na Web. Disponível em:<// <https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/a-situacao-atual-dos-indios-do-brasil/amp/>>. Acesso em 13 de novembro de 2019
Blog Povos indígenas do Brasil. **Quantos são?** Disponível em: <// https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F/>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

Correio Braziliense. Morte do índio Galdino, em Brasília, completa 21 anos hoje. 20/04/2018. Disponível em: <// https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidade_sdf,675182/amp.html/>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena.** R. Educ. Públ. Cuiabá v. 26 n. 62/1 p. 295-310 maio/ago. 2017.